



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
GABINETE DA PREFEITA

LEI MUNICIPAL Nº 1487/2025

Dispõe sobre a autorização para regularização fundiária de áreas públicas ocupadas no município de Coronel Sapucaia/MS, mediante indenização e estabelece critérios para indenização ao Poder Público.

NIÁGARA PATRICIA GAUTO KRAIEVSKI, Prefeita do Município de Coronel Sapucaia, Estado de Mato Grosso do Sul, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a regularização fundiária de áreas públicas ocupadas por particulares no Município de Coronel Sapucaia/MS, estabelecendo critérios para indenização ao Poder Público e a consequente transferência da propriedade plena aos ocupantes.

Art. 2º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a regularizar mediante justa indenização ao município de Coronel Sapucaia/MS, a posse de imóveis públicos ocupados de forma precária, exclusivamente aos moradores qualificados no Processo judicial n. 0900011-48.2022.8.12.0058, na localidade denominada Jardim das Madeiras.

I – Em caso de imóvel não construído, com posseiro qualificado no Processo judicial n. 0900011-48.2022.8.12.0058, que tenha comprovação da posse, poderá da mesma forma requerer a regularização mediante indenização com prazo para construção e ocupação de fato.

Art. 3º - A regularização fundiária será realizada nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017 e obedecerá aos seguintes critérios:

I – Comprovação de ocupação pacífica e ininterrupta do imóvel há pelo menos 3 (três) anos;

II – Demonstração de uso residencial ou comercial do imóvel;

III – Pagamento de indenização correspondente ao valor da terra nua, conforme avaliação da Secretaria Municipal de Tributos ou órgão competente;

IV – Assunção dos custos de registro imobiliário e demais taxas administrativas pelo ocupante.

Art. 4º - A indenização devida pelo ocupante será calculada com base em:

I – Avaliação de mercado do imóvel, levando em consideração sua localização, infraestrutura e valor venal estabelecido pelo município, por equipe designada via Decreto;

II – Possibilidade de pagamento parcelado, em até 120 vezes, atualizado de acordo com a lei com desconto para quitação à vista.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
GABINETE DA PREFEITA

III – Para o pagamento à vista, será concedido o desconto de 20% do valor da referida indenização.

IV – Em caso de adesão ao parcelamento e posterior interesse de quitação a vista, será concedido desconto de 20% sobre o restante da dívida consolidada na data da resolução.

Art. 5º - Os valores pagos a título de indenização serão lançados e registrados na matrícula de cada imóvel em nome do possessor, que, em caso de inadimplemento ocorrerá a execução da dívida de acordo com a lei.

I – Em caso de inadimplemento das parcelas contratadas a título de indenização, ocorrerá o lançamento em dívida ativa que será atualizada de acordo com o artigo 459 § 3º da Lei Complementar 021/2009.

Art. 6º - Os valores arrecadados com as indenizações serão considerados como recursos próprios do município, considerando que a aquisição dos imóveis ocorreu com a utilização do mesmo recurso.

Art. 7º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a firmar termos de compromisso com os ocupantes, estabelecendo critérios, prazos e condições para pagamento da indenização e formalização da propriedade.

Art. 8º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a firmar termo de cooperação sem ônus para si, ou renovar o termo 001/2024, com a ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA – ADEHASC, inscrita no CNPJ nº 78.486.875/0001-32 (ADEHASC) para utilização do pré-cadastro de todos os posseiros do núcleo, que já aderiram ou não ao Programa Lar Legal instituído pelo PROVIMENTO Nº 488, de 4 de agosto de 2020 do Conselho Superior da Magistratura do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

Art. 9º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, por meio de Decreto Municipal.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Coronel Sapucaia/MS, Gabinete da Prefeita, 25 de julho de 2025.


NIÁGARA KRAIEVSKI
Prefeita Municipal

II – Classificação dos Conselheiros Tutelares, Titulares:

Classificação	Nome	Quantidade de votos
01ª	IOLANDA DA SILVA FUKURO	293
02ª	MAICON JEKSON DOS SANTOS	265
03ª	KARLA DIAS ECHEVERRIA	248
04ª	JOSIANE SOUZA	243
05ª	JANETE PERALTA DE OLIVEIRA	211

III – Classificação dos Conselheiros Tutelares, Suplentes:

Classificação	Nome	Quantidade de votos
06ª	ANA CAROLINA GARAI	149
07ª	ANA ALICE BENITES DA SILVA	35
08ª	PEDRO ARIEL AREVALOS RECALDE	28

IV – Os Conselheiros Tutelares Titulares serão empossados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ou pessoa por ele designada no dia 10 de janeiro de 2024, conforme previsto no Edital N. 001/CMDCA/2023.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE

Encaminhe-se cópia ao Ministério Público.

Coronel Sapucaia - MS, 10 de outubro de 2023.

Crislaine Matias Tavares Dias

Presidente da Comissão do Processo de Escolha

Matéria enviada por Simone de Fatima Nunes de Oliveira

RECURSOS HUMANOS
LEI MUNICIPAL Nº 1487/2025
LEI MUNICIPAL Nº 1487/2025

Dispõe sobre a autorização para regularização fundiária de áreas públicas ocupadas no município de Coronel Sapucaia/MS, mediante indenização e estabelece critérios para indenização ao Poder Público.

NIÁGARA PATRICIA GAUTO KRAIEVSKI, Prefeita do Município de Coronel Sapucaia, Estado de Mato Grosso do Sul, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a regularização fundiária de áreas públicas ocupadas por particulares no Município de Coronel Sapucaia/MS, estabelecendo critérios para indenização ao Poder Público e a consequente transferência da propriedade plena aos ocupantes.

Art. 2º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a regularizar mediante justa indenização ao município de Coronel Sapucaia/MS, a posse de imóveis públicos ocupados de forma precária, exclusivamente aos moradores qualificados no Processo judicial n. 0900011-48.2022.8.12.0058, na localidade denominada Jardim das Madeiras.

I – Em caso de imóvel não construído, com posseiro qualificado no Processo judicial n. 0900011-48.2022.8.12.0058, que tenha comprovação da posse, poderá da mesma forma requerer a regularização mediante indenização com prazo para construção e ocupação de fato.

Art. 3º - A regularização fundiária será realizada nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017 e obedecerá aos seguintes critérios:

I – Comprovação de ocupação pacífica e ininterrupta do imóvel há pelo menos 3 (três) anos;

II – Demonstração de uso residencial ou comercial do imóvel;

III – Pagamento de indenização correspondente ao valor da terra nua, conforme avaliação da Secretaria Municipal de Tributos ou órgão competente;

IV – Assunção dos custos de registro imobiliário e demais taxas administrativas pelo ocupante.

Art. 4º - A indenização devida pelo ocupante será calculada com base em:

I – Avaliação de mercado do imóvel, levando em consideração sua localização, infraestrutura e valor venal estabelecido pelo município, por equipe designada via Decreto;

II – Possibilidade de pagamento parcelado, em até 120 vezes, atualizado de acordo com a lei com desconto para quitação à vista.

III – Para o pagamento à vista, será concedido o desconto de 20% do valor da referida indenização.

IV – Em caso de adesão ao parcelamento e posterior interesse de quitação à vista, será concedido desconto de 20% sobre o restante da dívida consolidada na data da resolução.

Art. 5º - Os valores pagos a título de indenização serão lançados e registrados na matrícula de cada imóvel em nome do posseiro, que, em caso de inadimplemento ocorrerá a execução da dívida de acordo com a lei.

I – Em caso de inadimplemento das parcelas contratadas a título de indenização, ocorrerá o lançamento em dívida ativa que será atualizada de acordo com o artigo 459 § 3º da Lei Complementar 021/2009.

Art. 6º - Os valores arrecadados com as indenizações serão considerados como recursos próprios do município, considerando que a aquisição dos imóveis ocorreu com a utilização do mesmo recurso.

Art. 7º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a firmar termos de compromisso com os ocupantes, estabelecendo critérios, prazos e condições para pagamento da indenização e formalização da propriedade.

Art. 8º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a firmar termo de cooperação sem ônus para si, ou renovar o termo 001/2024, com a ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA – ADEHASC, inscrita no CNPJ nº 78.486.875/0001-32 (ADEHASC) para utilização do pré-cadastro de todos os posseiros do núcleo, que já aderiram ou não ao Programa Lar Legal instituído pelo PROVIMENTO Nº 488, de 4 de agosto de 2020 do Conselho Superior da Magistratura do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

Art. 9º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, por meio de Decreto Municipal.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Coronel Sapucaia/MS, Gabinete da Prefeita, 25 de julho de 2025.

NIÁGARA KRAIEVSKI

Prefeita Municipal

Matéria enviada por JONY EVERTOM BOVEDA ROMA

RECURSOS HUMANOS

LEI MUNICIPAL Nº 1488/2025

LEI MUNICIPAL Nº 1488/2025

Autoriza o Poder Executivo a firmar Termo de Cooperação Técnica com a Associação Sul Matogrossense de Apoio na Habitação Rural e Urbana, e dá outras providências.

NIÁGARA PATRICIA GAUTO KRAIEVSKI, Prefeita do Município de Coronel Sapucaia, Estado de Mato Grosso do Sul, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Termo de Cooperação Técnica com a Associação Sul Matogrossense de Apoio na Habitação Rural e Urbana, CNPJ: 20.210.374/0001-49, para construção de 75 (setenta e cinco) unidades habitacionais do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, sendo 50 (cinquenta) unidades habitacionais para atender a demanda da comunidade Indígena Taquaperi, e 25 (vinte e cinco) para os agricultores familiares tradicional.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a repassar o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por unidade habitacional, totalizando o valor de R\$ 112.500,00 (cento e doze mil e quinhentos reais), a título de contrapartida para complementação técnica e operacional na execução das 75 (setenta e cinco) unidades habitacionais do PNHR, para atender os agricultores familiares.

Art. 3º - As Unidades Habitacionais construídas não poderão ter menos do que 45,44 m2 de construção, com projeto devidamente aprovado pela área técnica do município.

Art. 4º - O Termo de Cooperação Técnica a ser firmado entre as partes, contendo todas as cláusulas referentes às responsabilidades dos entes participantes, constitui o Anexo Único desta Lei.

Parágrafo único. Em caso de descumprimento por parte da Associação Sul Matogrossense de Apoio na Habitação Rural e Urbana, os recursos serão imediatamente ressarcidos aos cofres públicos.

Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão consignadas no orçamento:

04.122.0400 – Gestão Eficiente e Transparente

04.122.0400.2109 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração

3.3.50.41.00 - Contribuições

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Coronel Sapucaia/MS, Gabinete da Prefeita, 18 de agosto de 2025.

NIÁGARA KRAIEVSKI

Prefeita Municipal

ANEXO ÚNICO

MINUTA DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 000/2025

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CORONEL SAPUCAIA-MS E A ASSOCIAÇÃO SUL MATOGROSSENSE DE APOIO NA HABITAÇÃO RURAL E URBANA - HABITAR, PARA OS FINS NELE ESPECIFICADOS.

MUNICÍPIO DE CORONEL SAPUCAIA-MS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ **01.988.914/0001-75**, com sede a **Avenida Abílio Espíndola Sobrinho**, nº 570, Jardim Seriema, na cidade de Coronel Sapucaia-MS, neste ato representado por representado neste ato pela Prefeita Municipal, Sra. **NIÁGARA PATRÍCIA GAUTO KRAIEVSKI**, brasileira, divorciada, domiciliada e residente nesta cidade, portadora do CPF nº 003 453 431-82 e RG nº 1110710 SSP/MS e de outro lado a **ASSOCIAÇÃO SUL MATOGROSSENSE DE APOIO NA HABITAÇÃO RURAL E URBANA**, inscrita no CNPJ nº 20.210.374/0001-49, neste ato representado por seu presidente, a Sra **HEMILLY RAPHAELY FELIPSEN NANTES**, brasileira, solteira, empreedadora, portadora do RG nº 2623947 SSP/MS e inscrita no CPF sob onº 051 285 241-32, residente na Rua Assunção, nº509, bairro Morumbi, na cidade de Campo Grande/MS, CEP 79.052-061, doravante denominada simplesmente HABITAR.

RESOLVEM celebrar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA (TCT), em conformidade com a legislação vigente, em especial a Lei Federal nº 13.465 de 2017, o Decreto Federal 9.310 de 2018, a Lei Federal 14.133 naquilo que couber, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, o repasse de recurso financeiro visando a contratação dos seguintes profissionais: técnico Administrativo, Engenheiro Civil ou Arquiteto, e Assistente Social, com objetivo de